

**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)**

---



**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM  
RURAL - SENAR - AR/MS**

**Notas Explicativas da Administração às  
Demonstrações Contábeis**

**Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)**

---

**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS**

**Conteúdo**

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)

---

1. Contexto operacional

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR - AR/MS, é uma Entidade integrante do “Sistema S”, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), nos termos da Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991 e do Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992.

É um serviço social autônomo, classificado como entidade paraestatal, ou seja, uma pessoa jurídica de direito privado criada por lei, que atua sem submissão à Administração Pública, com o objetivo de promover o atendimento de necessidades assistenciais e educacionais de certas atividades ou categorias profissionais, sendo mantida pelo Estado mediante contribuições obrigatórias.

É dirigida por um Conselho Deliberativo tripartite, formado por representantes do governo, dos setores patronais e dos trabalhadores. Nos Estados existem as administrações regionais, vinculadas às Federações da Agricultura e Administração pelos respectivos conselhos administrativos.

Por meio da Lei Municipal nº 3.477, de 08 de junho de 1998, publicada no Diário Oficial de Campo Grande nº 102 de 09 de junho de 1998, foi declarada de utilidade pública municipal.

Por meio de Lei Estadual nº 1.618, de 07 de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial em 08 de novembro de 1995, nos termos da Lei nº 23 de 13 de novembro de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 1.088, de 12 de junho de 1981, alterado pelo Decreto nº 11.213, de 14 de maio 2003, foi declarada de utilidade pública estadual.

O SENAR possui destinação específica de receitas arrecadadas pelo Governo Federal, sendo Entidade instituída por lei com o estrito propósito de prestar serviços de caráter social aos trabalhadores, na área de formação profissional (rural).

O SENAR tem por objetivo: proporcionar o desenvolvimento socioeconômico do trabalhador rural e de sua família, por meio da realização de ações de formação profissional rural e atividades de promoção social. Os níveis de formação profissional oferecidos são: qualificação, aperfeiçoamento, atualização e especialização.

O SENAR - AR/MS, tem como missão promover a educação, a informação e o conhecimento em agronegócios à comunidade rural de Mato Grosso do Sul, com inovação e competência, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

O SENAR - AR/MS é uma instituição de fins educacionais sem fins lucrativos, sem caráter empresarial, sendo considerada entidade imune na forma do disposto no

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)

---

artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal. Para fins deste dispositivo, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

A garantia constitucional de imunidade em relação aos tributos, com fundamentação no artigo 150, VI, "c" da Constituição Federal de 1988, tem sido assegurada nos tribunais quanto ao IOF e é aplicável aos demais tributos como o IPTU e o ITBI, o que igualmente ocorre em favor de todas as demais instituições de serviço social autônomo, como o SENAI e o SENAC.

Segundo o disposto no § 2º do artigo 12, da Lei nº 9.532/1997, para o gozo da imunidade, instituições como o SENAR estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- a. Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados. Esta vedação, entretanto, não impede a remuneração aos Diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício nem a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo Federal;
- b. Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- c. Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d. Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e. Apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Receita Federal do Brasil;
- f. Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;
- g. Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;
- h. Outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)**

---

Por se constituir em instituição de fins educacionais sem fins lucrativos, o SENAR e o SENAR - AR/MS não devem apresentar superávit em suas contas ou, caso apresentem em determinado exercício, deverão destinar integralmente o referido resultado à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, podendo aplicá-lo, ainda, como incremento de seu ativo imobilizado. Quando apurado déficit, o déficit técnico do exercício será absorvido pelo patrimônio social.

De acordo com o inciso I do artigo 12 do Decreto nº 3.078 de 06 de maio de 1999, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732 de 1998, a Entidade está isenta também da Contribuição Social.

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos dispositivos constantes da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) e suas alterações, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002) e das demais normas complementares, em especial as Normas Brasileiras Contábeis Técnicas (NBC T), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aplicáveis às Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFL).

Para as Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFL), a partir das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012, a obrigatoriedade de adesão aos novos princípios e normatizações se deu por força da edição pelo CFC da Interpretação Técnica Geral - ITG nº 2.002.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade utilize estimativa e adote premissas objetivas e subjetivas para determinar os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 9), Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, provisões para desembolsos originados de processos administrativos e judiciais. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação. A Administração revisa essas estimativas periodicamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)

---

### 3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

#### 3.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

#### 3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

#### 3.3. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades pertencentes à Entidade são representadas pelos recursos mantidos em espécie na sua tesouraria, pelos saldos de livre movimentação dos depósitos bancários à vista e pelas aplicações financeiras de curto prazo. Os saldos bancários e as aplicações de liquidez imediata são mantidos em instituições financeiras no país, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As aplicações financeiras estão representadas por quantias investidas em fundos de investimento, certificados de depósitos bancários e depósitos em poupança, cujos saldos correspondem aos montantes efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os referidos rendimentos são registrados na Rubrica "Receitas financeiras", integrante da demonstração do superávit do exercício.

As aplicações financeiras em nome da Entidade estão classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os saldos das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são demonstrados na Nota Explicativa nº 4.

### 3.4. Instrumentos financeiros

#### a) Classificação e mensuração

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente.

#### c) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem contas a receber, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

#### d) Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

### 3.5. Contas a receber

As contas a receber são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**  
**(Em Reais)**

---

valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

As contas a receber pertencentes à Entidade correspondem em 31 de dezembro de 2014 a:

- a) Aos saldos de contribuições sociais a receber, unicamente relativos ao mês de competência de dezembro de 2014 e 2013, e representam as quantias a serem repassadas pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda, por contribuições sociais sobre a comercialização da produção agropecuária devidas por pessoas físicas, jurídicas e agroindústrias;
- b) Aos saldos de adiantamentos a fornecedores, de viagens de funcionários e diretores, de pequenos gastos administrativos, de salários e de férias pagas a funcionários, todos com liquidação prevista para o início do exercício subsequente.

Não foram constituídas provisões para perdas de créditos por inexistirem inadimplências conhecidas ou estimáveis de contas a receber de titularidade da Entidade.

Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão demonstrados nas Notas Explicativas nº 5.

### **3.6. Estoques**

#### **a) Almoxarifado**

O saldo de almoxarifado é resultante do total em estoque dos materiais adquiridos para uso da Entidade, constituídos especialmente por materiais para e consumo nas finalidades educacionais da Entidade. Constituem os estoques, ainda, todos os artigos de uso e consumo da Administração da Entidade, como materiais de papelaria, escritório e informática.

Os bens adquiridos para o almoxarifado são registrados pelos respectivos custos de aquisição e são baixados para despesa por ocasião das requisições de consumo.

Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 desta rubrica são evidenciados na Nota Explicativa nº 6.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)

---

### 3.7. Imobilizado

#### a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição e construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Entidade. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais do resultado.

As obras e demais imobilizados em andamento, enquanto não concluídas, são classificadas no ativo imobilizado como imobilizado em andamento.

O ativo imobilizado da Entidade é representado pelos bens de capital utilizados nas suas atividades sociais, os quais são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, diminuídos das correspondentes depreciações acumuladas, estas calculadas mensalmente pelo método linear segundo as taxas anuais indicadas na Nota Explicativa nº 9, determinadas em função das vidas úteis estimadas desses bens.

A Entidade analisou em 2013, as evidências de que os valores contábeis dos ativos não seriam recuperáveis. Estas análises foram realizadas individualmente em relação aos ativos imobilizados e intangíveis da Entidade, de maneira a se constatar se os valores residuais contábeis desses ativos excederiam seus respectivos valores recuperáveis e se tais bens estariam deteriorados, fora de uso ou mesmo se ainda existiriam. A Administração da Entidade concluiu que vários itens seriam irrecuperáveis e reconheceu provisão para perdas sobre os referidos bens sobre seus valores residuais. As baixas definitivas desses bens ocorrerão quando assim for deliberado em reunião do Conselho de Administração em 2014.

#### b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)**

---

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão apresentadas na Nota Explicativa nº 9.

### **3.8. Intangível**

#### **a) Programas de computador (software)**

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Entidade e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são representados por gastos realizados com aquisições de licenças e programas de informática. Os referidos direitos são demonstrados por seus custos incorridos quando das aquisições, deduzidos dos saldos das amortizações acumuladas, estas calculadas com base em taxas lineares anuais indicadas na Nota Explicativa nº 10.

### **3.9. Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

### **3.10. Fornecedores**

Representam os saldos a pagar de títulos não liquidados até o encerramento de cada exercício social, decorrentes do fornecimento de serviços prestados por terceiros e das compras de bens, materiais de uso e consumo e demais mercadorias, todos contratados para pagamento a prazo.

Os montantes a pagar são contabilizados pelos valores constantes das respectivas notas fiscais mercantis e de serviços, sendo ajustados, nas

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)**

---

datas dos balanços, quando assim aplicáveis: (a) pelo desconto a valor presente sobre os preços de aquisição contratados a prazo, calculado com base em taxas de juros pré-fixados, sempre que os referidos preços embutirem encargos financeiros e/ou variarem em relação aos seus correspondentes preços a vista; e (b) pela variação cambial, relativamente às transações pactuadas em moeda estrangeira.

O detalhamento do saldo de fornecedores, conforme a natureza da obrigação encontra-se evidenciado na Nota Explicativa nº 11.

### **3.11. Obrigações tributárias**

A Entidade é pessoa jurídica imune da incidência do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e, por consequência, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), bem como das contribuições ao PIS e à COFINS sobre o faturamento e demais receitas.

No entanto, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição ao PIS sobre o montante global das remunerações mensais pagas, devidas ou creditadas aos trabalhadores assalariados por meio de suas folhas de pagamento, à alíquota de 1%.

Os saldos das obrigações tributárias apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (evidenciados na Nota Explicativa nº 13) contemplam tão somente os valores dos impostos e das contribuições retidos de funcionários e de prestadores de serviços, as quantias a recolher relativas ao PIS incidente sobre a folha de pagamento, as contribuições previdenciárias de ônus da Entidade e os tributos dela exigíveis sobre a propriedade de bens, inexistindo tributos próprios incidentes sobre suas atividades sociais.

### **3.12. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

### **3.13. Passivo circulante e não circulante**

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)

---

e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

### 3.14. Reconhecimento de receita

A receita é registrada com base no regime de competência.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber dos serviços prestados no curso normal das atividades da Entidade.

A Entidade reconhece a receita quando o valor da receita pode ser o mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade.

A principal receita do SENAR - AR/MS é a decorrente do recebimento das contribuições sociais arrecadadas pela Previdência Social em guias previdenciárias, na forma prevista na Lei nº 8.315/91. A arrecadação previdenciária é repassada mensalmente pelo Ministério da Fazenda ao SENAR - AR/MS e suas incidências recaem sobre o valor bruto da comercialização da produção rural e sobre a folha de salários de pessoas físicas, jurídicas e agroindústrias. As incidências ocorrem da seguinte forma:

- a) **Sobre o valor bruto da comercialização da produção rural:** incidem sobre as receitas de vendas da produção rural próprias, praticadas nos mercados interno e para o exterior (exportações), sendo aplicadas as seguintes alíquotas: (i) 0,2% para as pessoas físicas; (ii) 0,25% para as pessoas jurídicas e agroindústrias;
- b) **Sobre a folha de pagamento:** para as empresas prestadoras de serviços rurais e demais empresas com contribuição sobre a folha de salários, bem como Sindicatos, Federações e Confederação Patronal Rural, a alíquota é de 2,5% sobre a folha de pagamento dos empregados.

Além de sua principal receita, o SENAR - AR/MS auferiu no exercício de 2014 receita com prestação de serviços originária de Contrato de Assistência Técnica.

## SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)

---

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Conta bancária - própria	419	351
Conta bancária - convênios	1.422	836
Aplicações financeiras - próprias	30.698.305	24.240.597
Aplicações financeiras - convênios	197.441	472.419
	<u><b>30.897.587</b></u>	<u><b>24.714.203</b></u>

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimento de renda fixa, CDB DI, CDB DI Swap e poupança, sendo remuneradas por taxas mensais que variaram entre 0,30% e 0,53%. Essas aplicações possuem liquidez imediata com mudança insignificante em relação ao valor registrado.

#### 5. Contas a receber

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contribuições Sociais - Lei nº 8.315 INSS	1.964.502	1.789.501
	<u><b>1.964.502</b></u>	<u><b>1.789.501</b></u>

Refere-se ao saldo a receber da arrecadação das contribuições ao SENAR, com base na Lei nº 8.315/91, de obrigação de recolhimento em guias previdenciárias pelos produtores rurais pessoas físicas e jurídicas e das agroindústrias, todos pertencentes à jurisdição do Mato Grosso do Sul.

Essas contribuições arrecadadas correspondem às competências de dezembro de 2014 e 2013 e seus repasses são efetuados pelo Ministério da Fazenda dentro da primeira quinzena do mês subsequente.

#### 6. Estoques

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Material de consumo	179.484	268.435
Material de informática	41.857	44.951
Material instrucional	174.074	35.711
(-) Provisão para perdas	-	(203.546)
	<u><b>395.415</b></u>	<u><b>145.551</b></u>

São representados por materiais para consumo das atividades rotineiras, administrativas, manutenção de equipamentos de informática e materiais destinados a cursos prestados pela Entidade.

## SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)

#### 7. Adiantamentos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Férias	38.868	21.645
Salários	-	3.975
Viagens	388	6.000
Fornecedores	20.100	-
	<u>59.356</u>	<u>31.620</u>

Os valores dos adiantamentos identificados são recuperáveis ou restituíveis no mês imediatamente seguinte.

#### 8. Realizável a longo prazo

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Títulos de capitalização	-	190.000
	<u>-</u>	<u>190.000</u>

Representados por 38 títulos de capitalização de emissão do Banco do Brasil S.A., denominados "Ourocap", no valor de R\$ 5.000 cada, possuem vencimentos fixados entre setembro e dezembro de 2015. Esses títulos incorporam rendimentos pela Taxa Referencial de juros (TR) e possibilitam sorteios em dinheiro periodicamente. Na sua totalidade foi resgatado o valor de R\$ 190.00 em 27/08/2014.

#### 9. Ativo imobilizado

Em 2014	Taxa anual de deprec.	Saldo em 31/12/2013			Movimentação em 2014				Saldo em 31/12/2014		
		Custo	(-) Deprec. acumulada	Líquido	Adições		Baixas		Custo	(-) Deprec. acumulada	Líquido
					Custo	(-) Deprec. acum.	Custo	(-) Deprec. acum.			
Terrenos	-	111.945	-	111.945	1.260.000	-	-	-	1.371.945	-	1.371.945
Prédios	4%	506.615	(358.154)	148.461	1.741.450	(75.130)	-	-	2.248.065	(433.284)	1.814.781
Instalações e adaptações	10%	398.050	(126.017)	272.033	-	(39.805)	-	-	398.050	(165.822)	232.228
Equipamentos máquinas e aparelhos	10%, 20% e 25%	562.054	(291.811)	270.243	226.776	(91.893)	(66.872)	65.196	721.958	(318.508)	403.450
Veículos	20%	201.070	(118.816)	82.254	-	(39.494)	-	-	201.070	(158.310)	42.760
Mobiliário em geral	10% e 20%	351.850	(135.311)	216.539	47.219	(38.862)	(2.500)	2.500	396.569	(171.673)	224.896
Equipamento de comunicação	10% e 20%	14.273	(4.246)	10.027	1.754	(2.555)	(3.495)	1.762	12.532	(5.040)	7.492
Máquinas, aparelhos e utensílios de escritório	10%	5.463	(4.786)	677	-	(201)	(3.184)	3.080	2.279	(1.907)	372
Outros equipamentos permanentes	10%, 20% e 25%	29.770	(19.554)	10.216	24.162	(2.802)	(15.225)	12.533	38.707	(9.823)	28.884
		2.181.090	(1.058.695)	1.122.395	3.301.360	(290.742)	(91.276)	85.071	5.391.174	(1.264.366)	4.126.808
(-) Provisão para perdas		(91.276)	84.872	(6.404)	91.276	(84.872)					
		<u>2.089.814</u>	<u>(973.823)</u>	<u>1.115.991</u>	<u>3.392.636</u>	<u>(375.614)</u>	<u>(91.276)</u>	<u>85.071</u>	<u>5.391.174</u>	<u>(1.264.366)</u>	<u>4.126.808</u>

## SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)

Em 2013	Taxa anual de deprec.	Saldo em 31/12/2012			Movimentação em 2013				Saldo em 31/12/2013		
		Custo	(-) Deprec. acumulada	Líquido	Adições		Baixas		Custo	(-) Deprec. acumulada	Líquido
					Custo	(-) Deprec. acum.	Custo	(-) Deprec. acum.			
Terrenos	-	111.945	-	111.945	-	-	-	-	111.945	-	111.945
Prédios	4%	506.615	(337.889)	168.726	-	(20.265)	-	-	506.615	(358.154)	148.461
Instalações e adaptações	10%	275.050	(95.061)	179.989	123.000	(30.956)	-	-	398.050	(126.017)	272.033
Equipamentos máquinas e aparelhos	10%, 20% e 25%	319.146	(248.369)	70.777	242.908	(43.442)	-	-	562.054	(291.811)	270.243
Veículos	20%	267.060	(145.312)	121.748	-	(39.494)	(65.990)	65.990	201.070	(118.816)	82.254
Mobiliário em geral	10% e 20%	307.390	(101.856)	205.534	44.460	(33.455)	-	-	351.850	(135.311)	216.539
Equipamento de comunicação	10% e 20%	12.490	(2.092)	10.398	1.783	(2.154)	-	-	14.273	(4.246)	10.027
Máquinas, aparelhos e utensílios de escritório	10%	5.463	(4.369)	1.094	-	(417)	-	-	5.463	(4.786)	677
Outros equipamentos permanentes	10%, 20% e 25%	29.770	(18.027)	11.743	-	(1.527)	-	-	29.770	(19.554)	10.216
		<b>1.834.929</b>	<b>(952.975)</b>	<b>881.954</b>	<b>412.151</b>	<b>(171.710)</b>	<b>(65.990)</b>	<b>65.990</b>	<b>2.181.090</b>	<b>(1.058.695)</b>	<b>1.122.395</b>
(-) Provisão para perdas		-	-	-	(91.276)	84.872	-	-	(91.276)	84.872	(6.404)
		<b>1.834.929</b>	<b>(952.975)</b>	<b>881.954</b>	<b>320.875</b>	<b>(86.838)</b>	<b>(65.990)</b>	<b>65.990</b>	<b>2.089.814</b>	<b>(973.823)</b>	<b>1.115.991</b>

## 10. Intangível

	Taxa anual de amortiz.	2014	2013
<b>Custo de aquisição</b>			
Programas de informática	20% e 25%	165.403	174.362
(-) Provisão para perdas		-	(24.625)
		<b>165.403</b>	<b>149.737</b>
<b>(-) Amortizações acumuladas</b>			
Programas de informática		(129.751)	(147.307)
(-) Provisão para perdas		-	24.625
		<b>(129.751)</b>	<b>(122.682)</b>
		<b>35.651</b>	<b>27.055</b>

As adições ao intangível no exercício de 2014 representaram R\$ 35.651, não tendo sido registradas baixas nos referidos exercícios.

## 11. Fornecedores

	2014	2013
FAMASUL - Rateio da Casa Rural	49.355	116.241
Serviços	6.679	47.508
Sindicatos - mobilizadores	-	36.831
Concessionários de serviços	9.307	9.515
Produtos/mercadorias	1.954	7.961
Instrutores	6.272	1.250
Termo de Cooperação	110.000	-
	<b>183.567</b>	<b>219.306</b>

## SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)

---

Em 31 de dezembro de cada exercício, os montantes a pagar aos fornecedores de serviços compreendem os gastos de apoio às atividades educacionais e os administrativos, como alimentação, realizações de eventos, auditoria, termo de cooperação com Famasul e manutenções de bens.

Os saldos a pagar a Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul - FAMASUL correspondem ao montante das despesas administrativas decorrentes do uso, em condomínio, do prédio onde está sediado o SENAR - AR/MS em Campo Grande/MS. Essas despesas são rateadas em partes iguais entre as duas Entidades, conforme protocolo de rateio de custos por elas celebrado.

#### 12. Convênios

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
PRONATEC/ FNDE/ MEC	198.863	374.291
Programa "Mais Inovação"	-	2.681
Programa "Leite Legal"	-	67.572
	<u><b>198.863</b></u>	<u><b>444.544</b></u>

O valor a realizar sob esta rubrica referem-se ao saldo da verba recebida do Governo Federal na execução do projeto que constituem o objetivo do programa "PRONATEC/FNDE". O saldo não realizado após o encerramento do prazo contratual do programa deve ser devolvido à instituição.

As verbas recebidas e destinadas à consecução dos respectivos projetos são registradas contabilmente nesta conta de passivo em contrapartida às contas bancárias abertas exclusivamente para esta finalidade, as quais integram os saldos das disponibilidades demonstrados na Nota Explicativa nº 4.

#### 13. Obrigações tributárias

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contribuição previdenciária	-	-
Imposto de renda retido na fonte	59.007	30.292
PIS sobre folha de pagamento	4.700	2.883
ISS retido	12.169	14.253
PIS/COFINS/CSLL retidos	252	5.159
	<u><b>76.128</b></u>	<u><b>52.587</b></u>

#### 14. Obrigações trabalhistas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários a pagar	484	12.959
INSS a pagar	107.147	-
FGTS a pagar	-	19.617
Provisão de férias	342.986	188.341
Provisão de encargos sociais sobre férias	111.795	61.588
	<u><b>562.413</b></u>	<u><b>282.505</b></u>

## SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)

---

Representam não somente as obrigações líquidas e certas com funcionários e encargos sociais, como também as provisões trabalhistas e encargos previdenciários, de FGTS e PIS sobre folha de pagamento incidente sobre o montante futuro de férias a pagar.

#### 15. Valores a repassar a entidades

	2014	2013
FAMASUL - Termo Cooperação Tec.2%	23.348	30.278
	<b>23.348</b>	<b>30.278</b>

O saldo desta rubrica, em 31 de dezembro de 2014, corresponde unicamente aos valores a repassar à Federação da Agricultura e Pecuária do MS - FAMASUL, com vencimento previsto para o mês de janeiro de 2015, em virtude de termo de cooperação técnica celebrado entre o SENAR - AR/MS e a referida Federação.

O termo firmado entre as duas entidades consiste na cooperação técnica da FAMASUL, que deve fornecer frequentemente ao SENAR - AR/MS o conhecimento técnico e científico de seus profissionais e pesquisadores, lotados na sua Unidade Técnica, com o objetivo de elaborar programas pedagógicos e educacionais e prover de maneira qualificada a Entidade de dados, estatísticas, textos, artigos, cartilhas e manuais relativos ao segmento agropecuário, os quais serão utilizados nos cursos de Formação Profissional e Promoção Social (FPR e PS) realizados pelo SENAR - AR/MS.

O termo de cooperação prevê o repasse do SENAR - AR/MS à FAMASUL de até 2% da arrecadação mensal da Entidade, sendo esta quantia suportada por gastos e despesas operacionais incorridos pela Federação com os trabalhos, com a estrutura e com o pessoal lotado na sua Unidade Técnica, desde que devidamente comprovados.

#### 16. Patrimônio social

O patrimônio social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 36.442.532 (R\$ 26.988.832, em 31 de dezembro de 2013), sendo exclusivamente composto pelos superávits acumulados.

## SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)

O patrimônio social pode ser assim resumido:

<u>Patrimônio social</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Disponibilidades	30.897.587	24.714.203
Créditos	2.023.858	1.821.121
Estoques	395.415	145.551
Imobilizações	4.162.459	1.143.046
Demais ativos	7.480	194.131
	<u>37.486.800</u>	<u>28.018.052</u>
(-) Obrigações operacionais	(822.108)	(554.398)
(-) Obrigações por repasses e convênios	(222.211)	(474.822)
	<u>(1.044.319)</u>	<u>(1.029.220)</u>
(=) Patrimônio social	<u>36.442.481</u>	<u>26.988.832</u>

## 17. Receita

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lei nº 8.315 INSS	23.703.648	20.717.882
	<u>23.703.648</u>	<u>20.717.882</u>

A principal receita do SENAR - AR/MS é a decorrente do recebimento das contribuições sociais arrecadadas pela Previdência Social em guias previdenciárias, na forma prevista na Lei nº 8.315/91. A arrecadação previdenciária é repassada mensalmente pelo Ministério da Fazenda ao SENAR - AR/MS e suas incidências recaem sobre o valor bruto da comercialização da produção rural e sobre a folha de salários de pessoas físicas, jurídicas e agroindústrias.

## 18. Realizações de convênios

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Programa Despertar Rural-SEBRAE	98.517	-
Programa Leite Legal	19.574	-
Programa APL Piscicultura-SEBRAE	81.624	-
Programa Mais Inovação-SEBRAE	1.232.875	-
PRONATEC	2.238.926	-
	<u>3.671.515</u>	<u>-</u>

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR - AR/MS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)

19. Despesas administrativas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Atividade-meio</b>		
Gastos com utilidades e serviços	(72.133)	(48.681)
Despesas com manutenções de bens	(49.654)	(36.358)
Material de consumo	(100.590)	(49.595)
Serviços de terceiros PJ	(213.583)	(202.737)
Serviços de terceiros PF	(1.389)	(1.192)
Despesas com viagens	(1.969)	(2.946)
Despesas gerais	(28.260)	(47.449)
Despesas com gestores	(270.080)	(270.552)
Gastos com termos de cooperação	(384.380)	(427.291)
Despesas tributárias	(3.107)	(23.288)
	<u>(1.125.145)</u>	<u>(1.110.089)</u>
<b>Atividade-fim</b>		
Gastos com utilidades e serviços	(329.181)	(226.518)
Despesas com manutenções de bens	(230.773)	(92.526)
Material de consumo	(908.334)	(460.453)
Serviços de terceiros PJ	(6.499.619)	(3.829.072)
Serviços de terceiros PF	(8.286)	(6.593)
Despesas com viagens	(3.972.257)	(2.718.458)
Despesas gerais	(27.408)	(64.445)
	<u>(11.975.858)</u>	<u>(7.398.065)</u>
	<u>(13.101.003)</u>	<u>(8.508.154)</u>

20. Despesa com pessoal

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Atividade-meio</b>		
Salários e remunerações fixas	(828.385)	(554.533)
Remunerações variáveis	(26.113)	(65.857)
Encargos sociais diretos	(279.536)	(278.862)
Benefícios	(237.368)	(90.689)
	<u>(1.371.403)</u>	<u>(989.941)</u>
<b>Atividade-fim</b>		
Salários e remunerações fixas	(2.371.502)	(1.545.356)
Remunerações variáveis	(8.070)	(86.041)
Encargos sociais diretos	(1.257.022)	(867.047)
Benefícios	(245.753)	(268.547)
	<u>(3.882.347)</u>	<u>(2.766.991)</u>
	<u>(5.253.750)</u>	<u>(3.756.932)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em Reais)

---

## 21. Gestão de riscos

Os principais passivos financeiros da Entidade referem-se contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Entidade.

A Entidade possui contas a receber e outras contas a receber, depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

### Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Entidade ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se às obrigações de longo prazo da Entidade sujeitas a taxas de juros variáveis e correção monetária vinculada a índices.

### Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Entidade e o risco é minimizado na alocação de recurso com entidades de primeira linha e de grande porte.

### Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre das decisões da Administração da Entidade, do capital de giro e dos encargos financeiros e amortização principal dos instrumentos de dívida. É o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações financeiras, conforme elas vençam.

A Entidade acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, analisando e projetando as entradas e saídas de recursos de curto prazo, avaliando sempre novas formas de financiamento caso ocorram erros nas projeções desses recursos de giro.

## 22. Operações com instrumentos derivativos

A Entidade não opera com instrumentos derivativos.